



## **SEXUALIDADES ENCARCERADAS: NARRATIVAS DE MULHERES PRESAS SOBRE AS SUAS TRAJETÓRIAS AFETIVAS E SEXUAIS**

Laerte de Paula Borges Santos<sup>1</sup>; Tainá de Menezes Cunha; Camila Ferraz Jucá Menezes; Sâmella dos Santos Vieira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); <sup>2</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);  
[laerttedepaula@hotmail.com](mailto:laerttedepaula@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho teve por intento discutir os modos de expressão da sexualidade de mulheres presas em uma cadeia pública do interior pernambucano, inserindo-se nas discussões de gênero e sexualidade. Tomando por marco teórico, os estudos Construcionistas da Sexualidade, buscou-se localizar suas experiências afetivo-sexuais a partir dos marcadores sociais que constituem suas trajetórias de vida. Os dados foram coletados através de entrevistas biográficas realizadas com quatro (04) mulheres em situação de prisão e para análise deste material recorreu-se à Análise de Discurso de linha Francesa. Os resultados demonstram que, embora imersas em conjunturas sócio-institucionais reguladoras, o exercício da sexualidade se constitui como meio importante de enfrentamento das dificuldades oriundas da experiência de cárcere, materializadas em meio ao controle dos corpos e as conexões de poder que permeiam o cenário prisional. Portanto, estudos como esse se configuram como meios importantes para compreensão dos mecanismos que regulam as sexualidades femininas e das estratégias que são utilizadas por elas face às tecnologias de controle dos seus corpos, desejos e prazeres, além de funcionarem como elementos que podem acender o debate em torno da afirmação dos direitos sexuais para públicos em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Sexualidade; gênero; mulheres; prisão.

### **INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem como proposta a discussão acerca das experiências afetivas e sexuais de mulheres em situação de prisão em consonância com as questões ligadas ao gênero e suas interlocuções com a discussão de direitos sexuais. Por conseguinte, o argumento que fomenta tal discussão é a de que a sua sexualidade é constituída a partir de marcadores sociais que vão regular a saúde sexual dessas mulheres, no que concerne às suas vivências afetivas e de prazeres. Assim,

tratou-se de uma pesquisa de cunho descritivo-exploratório que se forjou a partir do seguinte questionamento: *Como o dispositivo da sexualidade está inscrito no cotidiano de mulheres presas?*

Visando compreender a problemática ensejada, recorreremos às discussões trazidas pelo Construcionismo Social - principal horizonte teórico-filosófico que fundamentou as reflexões suscitadas com essa pesquisa - entendendo-o a partir de Nogueira (2001) como



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

um movimento que vai tratar os sujeitos a partir dos modos pelos quais esses se localizam histórica e culturalmente, por considerar a existência humana como uma construção social, imbricada em tramas de poder, que se representam na complexidade das relações sociais. A autora destaca a importância das problematizações trazidas pelo feminismo crítico à Psicologia, ao colocar em cena as experiências de mulheres não mais a partir dos moldes tradicionais pautados em ideias e concepções masculinas, mas sim considerando as especificidades que a sua feminilidade representam.

Para uma tentativa de compreensão das dinâmicas das relações afetivas e sexuais de mulheres presas, faz-se necessário trazer à tona um conceito fundamental para uma compreensão das construções sociais que demarcam os territórios da feminilidade e da masculinidade, o gênero.

Scott (1990) o define enquanto um elemento que dá sentido às relações de poder, algo que se constrói entre os seres sociais a partir de uma organização que se edifica com o discurso da diferença biológica, marcados, sobretudo pelos componentes simbólicos, normativos, políticos e identitários. Avançando um pouco mais na conceituação da categoria gênero, adotamos como ponto de partida a discussão trazida por Judith Butler (2012), em que o questionamento sobre os

limites discursivos do sexo se traduz nesse trecho: “ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas? (p. 09)

A partir disso, essa pesquisa adota como prerrogativa que as diferenças biológicas entre homens e mulheres também se inscrevem no campo de inteligibilidades culturais. Compreendemos que o estudo com mulheres não as coloca no lugar de elementos ou características baseadas numa dimensão essencialista enquanto categoria, mas que são orientadas por marcadores sociais de classe, raça/etnia, territorialidade, que performatizam as suas experiências de feminilidade.

No que concerne ao território da sexualidade, abordá-la a partir de uma ótica construcionista implica em trazê-la enquanto um fenômeno socialmente construído, envolto em relações de poder que são determinantes na demarcação de feminilidades e masculinidades. Consoante, o poder pode ser entendido a partir da perspectiva foucaultiana como algo fundamental na composição das relações sociais, que vai aparecer como elemento central para o surgimento de uma tecnologia de inteligibilidades do/sobre o sexo, um jogo de forças mutáveis e desiguais que estão sempre em tensão, que não pode ser



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

colocado sob o prisma da dominação, pois pressupõe uma correlação de estratégias de resistência mesmo que assimétricas (Foucault, 2004).

Foucault (2005) em a História da Sexualidade I: Vontade de Saber refletiu sobre os processos históricos que fizeram com que a sexualidade humana fosse se forjando enquanto um dispositivo biopolítico, que ao longo da modernidade se configurou como uma matriz de governos dos corpos e dos prazeres, que a partir do desenvolvimento de uma *scientia sexualis*, demarcou o território das sexualidades normalizadas, edificadas, sobretudo, pelas vias do discurso da psiquiatria, da medicina e da justiça.

Para uma compreensão de como as sexualidades se orientam e se constituem, partimos, nessa proposta, do pressuposto que além de aspectos biológicos e normativos, é interessante problematizar como os roteiros sexuais (Gagnon, 2006) das sexualidades são partes de uma trama discursivamente construída. A mesma torna-se significativa quando definida enquanto tal pela vivência em comunidade (significação sociogênica), ou quando o desenvolvimento e as experiências individuais lhe atribuem significações especiais (significação ontogênica).

Nessa perspectiva, Rubin (2003) vem falar da sexualidade a partir de seu caráter político, definindo-a como mais um processo

oriundo da ação humana que nas sociedades ocidentais modernas vão esbarrar em um sistema hierárquico de valores, o que implica em dizer que os imaginários criados em relação às vivências dos prazeres encontram uma série de normatizações morais que se solidificam a partir do que é socialmente aceito, inscritos em uma lógica repressiva e de controle.

Assim, ancorado nas postulações de Rubin que vão demarcar que a “esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão”(2003, p. 1), a sexualidade da mulher presa é colocada em questão. Suscetível às tensões impostas pelas conformações de poder imperantes nas diferentes esferas da vida social, a sexualidade encontra nos lócus prisionais algumas especificidades.

Goffman (2007) coloca a instituição prisional como uma ilustração clara do que são as *Instituições Totais*, espaços de mortificação subjetiva que assumem uma função de controle de diferentes dimensões existenciais (sobrevivência, lazer e labor) dos internados, restringindo as possibilidades de experiências afetivas e privadas, constituindo-se, portanto, como lócus de subjugação de pessoas; e é nesse contexto que a sexualidade da mulher presa vai se inscrever.

É nessa lógica que a criminalidade vai ser posta em questão, pois é sabido que o



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

corpo social, o saber científico e as instituições constroem diferentes modos para as feminilidades e masculinidades, engendradas pelas diferentes conexões de poder construídos sócio-historicamente (Ciarallo & Galinkin, 2010).

Como destacam Souza & Miranda (2013), o corpo jurídico da primeira metade do século XX acreditava existir nas mulheres uma essência perturbadora que fazia aflorar os instintos masculinos e, por conseguinte, apontavam a necessidade de que tais mulheres ficassem confinadas em espaços separados, o que respalda uma compreensão de que a sexualidade feminina ainda é regida por perspectivas essencialistas que colocam as vivências de prazeres sob o prisma do desvio, da ilegitimidade.

Tal panorama serve como indicativo para que se perceba que a história que circunda a construção de instituições penitenciárias femininas ainda é recente, portanto, muitas questões ainda precisam ser trabalhadas e discutidas com vistas a fomentar e expandir o debate acerca dos direitos humanos em espaços que reproduzem de forma tão acentuadas a exclusão presentes na composição social brasileira (Tavares & Menandro, 2004).

No que concerne às informações relativas ao gênero feminino, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciária –

Infopen Mulheres (Brasil, 2014), tem-se que o número de mulheres presas no Brasil aumentou de 5.601 para 37.380 detentas, o que representou um aumento de 567% entre 2000 e 2014, indicando um crescimento exponencial da quantidade de prisões femininas, embora apenas 7% das unidades prisionais são destinadas ao público feminino, número menor que a quantidade de estabelecimentos prisionais mistos (17%). Destas, a grande maioria é formada por mulheres com idades entre 18 e 24 anos (27%), negras (68%), solteiras (57%), com o ensino fundamental incompleto (50%) e (68%) presas por tráfico de drogas (68%) (Brasil, 2014).

Assim, a afirmação do exercício da sexualidade toca na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Corrêa & Petchesky (1996) colocam que tais direitos podem ser vistos sob a ótica dos direitos sociais, destacando a noção de *integridade do corpo e controle sobre ele*, ao localizá-lo em “um universo socialmente mediado”, de modo que às construções discursivas com vistas à garantia e afirmação de direitos levem sempre em consideração necessidades sociais no tocante à cultura, classe social e gênero.

Portanto, este artigo pretende colocar os modos pelos quais mulheres presas em regime fechado em uma cadeia pública feminina do interior de Pernambuco, no

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)





Nordeste brasileiro, jogam com seus afetos e prazeres no cotidiano carcerário, de modo a evidenciar quais são os mecanismos utilizados para expressarem e localizarem as suas sexualidades.

## MÉTODO

Tratou-se de um estudo de campo, de cunho exploratório (Lakatos, 2007) que se inseriu no horizonte das pesquisas qualitativas em Saúde. Tal abordagem metodológica diz respeito ao estudo e interpretação das relações entre sujeitos (Minayo, 2000). O cenário de realização da pesquisa foi uma cadeia pública feminina do interior pernambucano, que atualmente conta com um total de 66 mulheres. Uma análise preliminar dos indicadores sociais das mulheres pesquisadas indica que as presas - entre sumariadas e sentenciadas<sup>1</sup> - são, em sua maioria, negras e pardas, com baixa escolaridade e presas por crime de tráfico de entorpecentes.

Foi realizada entre os meses de julho a dezembro de 2015, com quatro mulheres presas em regime fechado, independente do tempo de cárcere. Excluiu-se das entrevistas mulheres presas em regime semiaberto, uma vez que estas trabalham externamente durante o período diurno e retornam à instituição prisional apenas para dormir. Concentramos a problematização em torno das suas histórias de vida, e portanto, justificamos o número

reduzido de mulheres. Entretanto, as reflexões suscitadas são provenientes também do contato com inúmeras outras mulheres presas em função da condição de estagiário em Psicologia na instituição de um dos autores deste artigo.

O número de participantes seguiu o que convencionalmente se compreende como amostra por conveniência, considerando a acessibilidade e disponibilidade das mulheres em participar da pesquisa, sendo, portanto, uma amostra não probabilística (Gressler, 2003).

O estudo contou com a participação de quatro mulheres, com diferentes histórias, mas partilhando uma experiência em comum: a vivência de cárcere.

A coleta se deu a partir de entrevistas narrativas, técnicas qualitativas de pesquisa que segundo Jovchelovitch & Bauer (2002) permitem que os sujeitos sejam postos diante daquilo que vivenciaram ao longo de suas vidas, sequenciando e tentando explicar o que fora vivido, construindo assim, um jogo entre a experiência individual e social.

Os dados obtidos foram gravados mediante autorização das participantes e transcritos posteriormente, de modo a propiciar uma melhor leitura e interpretação do material coletado. O fechamento da coleta de dados se deu a partir do critério de saturação teórica, quando os dados já não



mais forneciam elementos novos à construção da pesquisa (Glaser & Strauss, 1967).

A análise deste material foi feita a partir da Análise de Discurso de linha francesa, que segundo Caregnato & Mutti (2006), faz com que o pesquisador através das suas interpretações, entre contato com os significados que os sujeitos atribuem aquilo que fora vivenciado.

Todas as participantes foram esclarecidas em relação à pesquisa, principalmente no que diz respeito à garantia de sigilo e/ou anonimato dos dados coletados, consentiram a sua participação através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Deontologia da Univasf (Parecer nº 1.178.207/2015) e está em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos, de modo a salvaguardar os participantes e pesquisadores no que concerne aos aspectos éticos envolvidos em todas as etapas da pesquisa.

Os quesitos apresentados acima são pertinentes, entretanto, faz-se necessário a ampliação dessa discussão que não apenas a normativa pelos comitês de ética. É importante destacar, conforme apontam Borges, Barros & Leite (2013), que mais que os ditames burocráticos e moralizantes, a ética

em pesquisa se baseia na processualidade da pesquisa enquanto prática social. Como tal, deve guiar-se eticamente pela diminuição das relações de poder entre pesquisador-pesquisado, tendo como outros princípios norteadores a liberdade e a dignidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Adentrar as histórias de vida de mulheres em situação de prisão através de suas narrativas, foi fundamental para se ter acesso aos cenários e roteiros sexuais que circundam às suas relações de vida. Dar voz a essas mulheres possibilitou, a nível de análise, a emergência dos aspectos micropolíticos que estruturam os modos pelos quais as mesmas localizam e experienciam seus afetos, evidenciando as significações atribuídas aos corpos e desejos na vivência dos prazeres, bem como os diferentes modos de relações cotidianas face às tecnologias de controle das suas sexualidades na cena prisional.

Adiantamos que privilegiamos os discursos produzidos por essas mulheres através de histórias e recortes de falas que evidenciam, por si, um corpo de conhecimento próprio e válido de como elas entendem e performatizam seus corpos (Butler, 2010). Articula-se a isso a aproximação com a Dupla Hermenêutica (Giddens, 1984), que compreende, no tratamento do material coletado, a produção



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de sentidos dada pelo grupo pesquisado sobre suas experiências está em íntima relação com o aparato conceitual e pessoal que os pesquisadores carregam.

Assim, as entrevistas foram realizadas de modo a reunir o maior número de elementos que propiciassem o entendimento entre as vivências afetivo-sexuais dessas mulheres diante das tecnologias de controle das suas sexualidades na cena prisional.

As protagonistas deste estudo trazem em suas trajetórias marcadores sociais de desigualdade que confluem com o que se tem sido visto na maioria das unidades prisionais deste país: um corpo social que em sua maioria é formado por mulheres negras e pardas, oriundas de um grupo menos favorecido economicamente, com pouca escolaridade, baixos salários e um histórico de violência e violação de direitos que se inscrevem em suas histórias de modo sobrecomum, deixando rastros que são sentidos até hoje.

A primeira mulher a ser ouvida foi Maria, negra, ex-babá e mãe de uma filha com quem não tem mais contato, hoje com 25 anos, foi presa aos 23, acusada pelo assassinato do seu primeiro marido, com quem teve um casamento de seis anos marcado por muitas agressões.

A sua fala nos permite pensar na condição naturalizada de assujeitamento de

muitas mulheres sertanejas, envoltas em relações de poder marcadas por imperativos de gênero que salientam a construção de uma masculinidade viril, de um “macho essencialmente rude”, que bate, pois tem a mulher como coisa que lhe é própria.

O seu drama revela as suas poucas possibilidades de vida e talvez ilustre mais uma história finalizada por uma tragédia, nesse caso, com a morte do agressor. É presa depois de um tempo foragida, quando já vinha construindo sua vida, trabalhando como babá e vivendo com um novo companheiro que lhe tratava de um modo completamente diferente do seu ex-marido.

Passado mais de um ano em cárcere, o seu relacionamento continua, com o seu companheiro lhe dando um grande suporte, financeiro e principalmente afetivo, com duas visitas semanais, sendo uma delas, a visita íntima, que acontece na própria cela, com a saída daquelas que não recebem nenhuma visita íntima: *é muito importante o conjugal da gente, porque a gente vai matar a saudade.* (Maria)

A segunda protagonista deste estudo foi Madalena, uma mulher parda, semi-analfabeta, diarista e mãe de cinco filhos e devota de Santo Expedito, frutos do seu primeiro casamento. Assim como Maria, também tem a violência inscrita em sua carreira sexual, no seu caso ela teve início



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

com um abuso sexual, uma gravidez indesejada e um casamento violento:

*(...) ele vivia me perseguindo, eu não sabia de nada, eu era criança, ia fazer 13 anos. Minha primeira vez foi assim, ele apenas me levou pra lá, foi dentro do carro mesmo(...) Eu me sentia agoniada, mandando ele parar e ele não parava. Dizia: 'não fique quieta, fique quieta, depois você vai é gostar, você vai ficar é querendo'.*(Madalena)

Madalena tomou uma das poucas opções que lhe foram dadas naquele momento de sua vida, a conformidade, afinal, a sua pouca idade e 'vivência de mundo' não lhe permitia entender minimamente o que se passava. Casou-se com aquele sujeito, teve cinco filhos e passou boa parte da sua vida com aquele que a abusou desde os treze anos. O casamento foi marcado por inúmeros episódios de agressão, cansada da violência vivida Madalena se divorcia, passa a cuidar dos cinco filhos sem a ajuda financeira do ex-marido, que até hoje não tem lhe dado qualquer tipo de pensão.

Depois de um tempo, conhece o seu atual companheiro, passam a viver juntos, todavia, ele fora preso depois de algum tempo pois havia evadido do regime semiaberto na sua primeira prisão. Madalena passa a visitá-lo no presídio, em uma dessas visitas conhece uma senhora que lhe oferece uma quantia de

R\$ 750,00 reais, quando ocorre a sua prisão.

Sobre a experiência de visita íntima, ela diz:

*(...) Lá tem as camas com a outra em cima, eles (os presos) 'arrodea' de pano, faz tipo uns varal, uns negócios assim, 'manda' furar com a furadeira no chão, coloca aquele gancho pra amarrar o cordão por dentro, pronto, coloca aquelas cortinas, cada um fica com seu espacinho, só dá mesmo pra duas pessoas ficar. Pra ninguém escutar a zoada (gemidos sexuais) de nada, cada um liga um som, liga uma televisão.* (Madalena)

A terceira história conta a vida de Francisca, uma jovem negra, de 22 anos, filha de uma professora e mãe de dois filhos, foi presa acusada por tráfico de drogas, quando tentava adentrar à penitenciária masculina com cocaína dentro da vagina para levar o seu namorado, que conhecera durante uma visita que fazia ao seu irmão, que também estava preso na mesma unidade penitenciária:

*Às vezes eu levava pra ele usar no presídio, porque os outros mandavam eu levar, pra quando chegasse lá dentro me pagava... tinha medo de 'cair' (ser presa), mas de tanta pressão que eu levava dele, eu levava, ele dizia 'traga, se você não trouxer eu não lhe quero mais', e eu gostando dele fazia tudo que ele queria... Nesse dia que eu fui visitar ele, que ele ficou me ameaçando.* (Francisca)

Essas histórias trazem aspectos essenciais para se falar acerca dos lugares de

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)





## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

subordinação nos quais muitas mulheres se encontram, esta que se faz presente nas diferentes esferas da sua vida, inclusive no que concerne à relação sexual, que deixa de ser um momento de expressão de desejo e prazer para dar lugar a uma relação de obrigatoriedade, do medo da agressão, da acusação de infidelidade, da satisfação do desejo sexual masculino a todo custo.

O desejo da mulher em muitas relações afetivo-sexuais, numa perspectiva de *scripts sexuais* (Simon & Gagnon, 1999) que são regulados sociogenicamente como já apontados na introdução, é colocado em segundo plano, apaga-se o direito de não querer, de dizer não, a sua sexualidade é desconsiderada, parece não ter importância diante das conexões de poder que são modeladas para subsidiar a satisfação masculina (Weeks, 2000).

Guimarães *et al.* (2006) também vêm salientar os lugares de sujeição nos quais muitas mulheres ainda se encontram inseridas, sobretudo quando envoltas em marcadores sociais que a condicionam a modos de vidas mais vulneráveis, que acabam lhes fazendo refém desse controle que é exercido pelos seus companheiros, dentro e fora dos presídios, ancorado nas configurações de poder que as assimetrias de gênero fazem surgir.

Severina, uma jovem parda de 26 anos, mãe de um filho e acusada por latrocínio, conta uma vida em que a vivência da sua sexualidade sempre ocupou um lugar fundamental no seu cotidiano, por conseguinte, sempre procurou vivê-la de uma forma muito peculiar, transgredindo normas e apresentando comportamentos que para o contexto em que vivia eram inaceitáveis para à figura de uma mulher. Em um cenário em que a virgindade da mulher era bastante cultuada, ela se vê obrigada a se casar com o seu namorado pela sua avó, que acreditava que o seu namorado havia “mexido”<sup>1</sup> com ela.

Foi presa quando estava com um ex-namorado que participava de um assalto que culminou na morte da vítima e na configuração do crime de latrocínio, o que lhe rendeu uma sentença de 42 anos. Na cadeia, começou a sentir atração por algumas meninas e a se relacionar afetiva e sexualmente com algumas delas:

*A gente dava uns truquezinhos... (risos) Era assim, por exemplo, até na hora da visita, a gente botava um colchão no chão, eu colocava uma calça de tecido mole, saía sem calcinha, e aí a gente ficava... Que dá pra namorar aqui dentro dá, quando a gente quer não dificulta não, mas claro que é não é da forma que eu quero e desejo..*

---

<sup>1</sup> O termo “mexer” é considerado na cultura popular do interior nordestino como o momento da perda da virgindade feminina.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A história de Severina traz elementos importantes para se pensar os lugares da sexualidade em uma prisão, a começar pela aceitação de um desejo que foge as convenções ditadas pela heteronormatividade, bem como nas artimanhas empregadas para enfrentar o disciplinamento de seus corpos e prazeres, afim de tornar possível a vivência dos seus desejos, fazendo minimamente privado, os seus prazeres no pequeno espaço de uma cela, compartilhada com outras mulheres.

No cotidiano de uma cadeia, fica evidente o lugar que a sexualidade ocupa, pois parece essa se configurar como um dos poucos elementos de resistência - entendendo-a partir de Foucault (1969), como algo que antecede às relações de poder e diz respeito à criação de possibilidades de se viver- à experiência de terem a sua vida, em suas diferentes esferas, reguladas, controladas e normatizadas no pequeno espaço de uma prisão:

*Eu sinto que a vida aqui fica melhor porque a pessoa vai ver quem gosta, e outra coisa, quando a pessoa sai daqui pra lá, a pessoa espairoce mais a mente, nem lembra que é presa, tá achando que tá indo fazer uma visita (Madalena).*

A partir de Preciado (2011), tem-se uma compreensão do sexo para além dos efeitos discursivos que o circundam, pois se

localiza um olhar para as *multidões queer*, que traz as diferentes possibilidades de liberdades que os sujeitos podem assumir por entendê-la como algo fluido e mutável, entendendo-os enquanto potências políticas de vida, que mesmo envoltas em configurações de poder e sob controle de tecnologias de regulação social, empreendem estratégias para contornar os dispositivos de controle sexopolítico.

É notório que há uma regulação sobre os seus corpos e desejos que insiste em se fazer presente cotidianamente, mas há também resistência (trocas de cartas e fotos, nos filmes pornô que assistem juntas nas celas, na masturbação, nas visitas íntimas) face aos mecanismos de regulação das suas vidas, que são veemente configuradas como abjetas (Butler, 2010), corpos que são controlados microfisicamente pelo dispositivo *panóptico*, uma tecnologia de produção de sujeitos úteis e dóceis ao espaço prisional (Foucault, 1987).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar os jogos de posicionamentos de mulheres em situação de cárcere perante a essas conformações de poder é de grande valia para se entender os mecanismos que regulam as sexualidades femininas, bem como as estratégias que são empregadas por essas mulheres, compreendendo-as enquanto potências políticas, empregam para driblar os



dispositivos sexopolíticos que regulam os seus corpos, desejos e prazeres no exercício da sua sexualidade.

Destarte, fica evidente a necessidade da afirmação dos direitos sexuais de mulheres em situação de cárcere, para que as suas trajetórias sejam visibilizadas e não se percam frente apagamento subjetivo que toma conta dos cenários prisionais brasileiros.

Como possibilidades de pesquisas posteriores, destacamos maior aproximação com os aspectos de políticas públicas sociais na área, bem como maior aprofundamento nos entraves sócio-institucionais que funcionam como operadores das iniquidades de gênero no cárcere. Metodologicamente, esperamos que pesquisas futuras possam ser desenvolvidas levando em consideração os lugares de fala dessas mulheres.

Nessas histórias, acreditamos que no cerne de toda essa discussão está a luta, incansável luta, por direitos humanos, por igualdade, por justiça social, por cidadania.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, Brasília, 2014.

Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Butler, Judith. Introdução: actuar concertadamente. In: Butler, Judith. *Deshacer el gênero*. Barcelona: Paidós, 2010.

Borges, L. O. Barros, S.C. Leite, L. A. Ética na Pesquisa em Psicologia: Princípios, Aplicações e Contradições Normativas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2013, 33 (1), 146-161.

Caregnato, R. C. A. Mutti, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm.* 2006, 15(4): 679-84, Florianópolis,.

Ciarallo, C. R.C.A. Galinkin, A. L. (2010). Mulheres, Representações e Justiça: contribuições para o debate. In: Galinkin, A.L. Santos, C. (orgs). *Gênero e Psicologia Social: interfaces*. Brasília: Technopolitk.

Correa, S. Petchesky, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis* [online]. 1996, vol.6, n.1-2, pp. 147-177.

Foucault, M. *História da sexualidade – Vontade de saber*. (16º ed.) Rio de Janeiro: Graal, 2005.

Foucault, M. *L'archéologie Du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

Gagnon, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



- Glaser, B. G. Strauss, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.
- Giddens, A. *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.
- Goffman, E. *Manicômios, prisões e conventos*. (7ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.
- Gressler, L. A. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2003.
- Guimarães, C. F. G. et al. Homensapenados e mulheres presas: Estudo sobre mulheres de presos. *Psicologia & Sociedade*; 2008, 18 (3): 48-54.
- Jovchelovitch, S.; Bauer, M.W. Entrevista narrativa. In: Bauer, M. W. Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Lakatos, E.M., Marconi, M. de A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ªed). São Paulo: Atlas, 2007.
- Louro, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: Louro, G. L (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (2ª ed). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Minayo, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo, Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- Nogueira, C. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Gênero, *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 137-153, 2001.
- Preciado, B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 11-20, janeiro-abril/2011.
- Simon, W.; Gagnon, J. Sexual scripts. In: Parker, R.; Aggleton, P. *Culture, society and sexuality: a reader*. UCL Press, Taylor & Francis Group, 1999.
- Souza, S.B. Miranda, V.S.N. Garantia dos Direitos Sexuais de mulheres negras e lésbicas em situação de prisão no estado da Bahia. *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e gênero da ABEH*. 1-3 ago 2012; 2012, Salvador.
- Scott, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. n. 16 (2), p. 5-22, Porto Alegre, 1990.
- Tavares, G. M. Menandro, P.R. M. Atestado de Exclusão com firma reconhecida: O sofrimento do presidiário brasileiro, (2004). *Psicologia Ciência & Profissão*, 24 (2), 86-99.
- Weeks, J. O corpo e a sexualidade. In: Louro, G. L. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (2ª ed). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.